

CÔA VISO

CULTURA E CIÊNCIA

Nº 0 • ANO DE 1998



EDIÇÃO DA
CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

O Património Arqueológico da Região de Foz Côa, da Pré-História à Época Romana

– Sua promoção local e global, aos níveis científico, cultural e turístico

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

Prof. da Fac. de Letras da U.P.

INTRODUÇÃO

Graças à fama internacional adquirida pelas gravuras do Côa, ao Programa ProCôa e, em particular, à instalação de um Parque Arqueológico no vale daquele rio, esta região do nosso país tem uma oportunidade única de experimentar um modelo de desenvolvimento inédito entre nós, tomando como eixo o turismo cultural. Trata-se de um projecto importantíssimo, também ao nível científico e, especificamente, cultural, pois pode potenciar, integrando-os, todos os valores patrimoniais da região, desde o Paleolítico até à actualidade, e todas as pesquisas que vêm sendo realizadas na mesma, arrancando-a da periferização a que esteve sujeita durante muito tempo. Se for bem sucedido, como se espera, o projecto em causa poderá servir de exemplo, mesmo, para outros países.

Esta comunicação pretende apenas esboçar, de forma muito despretenciosa, e do ponto de vista do arqueólogo (pré-historiador) que colabora num aspecto dessas pesquisas desde 1989 (dirigidas por Susana Oliveira Jorge, da FLUP), certas linhas de reflexão, ou sugestões, sobre os critérios eventualmente mais ajustados ao aproveitamento desta oportunidade excepcional. Tal aproveitamento, naturalmente, implica debate sereno e construtivo, sem ideias feitas, e aberto a todos os interessados, numa perspectiva de futuro, tendo em vista, igualmente, contribuir para um salto qualitativo da nossa arqueologia, superando parte das suas deficiências e anacronismos.

Por manifesta falta de espaço, não se abordará, na curta síntese da arqueologia regional que constitui a primeira parte do presente texto, o património que vem da Idade Média aos nossos dias, e cujo interesse histórico é, evidentemente, enorme.

A REGIÃO

Por “região de Foz Côa”, convencionalmente, entenderemos aqui uma área de c. de 30 km. de

raio, com centro na sede daquele concelho¹. O que significa que nos reportamos a quatro municípios situados a norte do Douro (Carrazeda de Ansiães, Vila Flor, Torre de Moncorvo e Freixo de Espada-à-Cinta) e a outros cinco localizados para sul daquele rio (S. João da Pesqueira, Penedono, V.ª N.ª de Foz Côa, Meda e Figueira de Castelo Rodrigo).

É evidente - sobretudo tratando-se de uma região de fronteira - que uma melhor compreensão da arqueologia e da história desta região só será possível à escala da Península Ibérica, ou seja, integrando os conhecimentos existentes para Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Alta, por um lado, e para a província espanhola de Salamanca, por outro. Pela nossa parte, procuraremos contribuir para que essa inter-relação se incremente progressivamente. Tal incremento deverá ser uma das preocupações da actuação do Parque Arqueológico do Vale do Côa - através, por ex., da sua futura colaboração com o parque que seria desejável que se criasse em Siega Verde, no Águeda. Por outro lado, uma associação recentemente constituída no Porto, a ADECAP (Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular) poderia também ser um factor positivo nesse sentido. Finalmente, num ano em que se celebram os 700 anos do Tratado de Alcanices (1297), a pretexto do qual vão ser apresentados publicamente trabalhos e reflexões sobre a história desta zona fronteiriça, estamos num bom momento para, segundo ângulos diferentes, iluminarmos questões até agora pouco tratadas.

A área sobre a qual incide este nosso texto insere-se, em termos geográficos, em três grandes regiões do país, de acordo com a divisão de Orlando Ribeiro²: “planaltos e montanhas de Trás-os-Montes”, “Alto Douro e depressões anexas” e “planaltos e montanhas da Beira transmontana”.

¹ V. V. O. Jorge (coord.), *Dossier Côa*, Porto, SPAE, 1995, p. 224 e segs.

² V. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Liv. Sá da Costa Ed., 4ª ed., 1986, pp. 188-189.

Trata-se de uma área de clima continental, com grandes amplitudes térmicas e, sobretudo no “Alto Douro e depressões anexas”, com fraca pluviosidade. O soco geológico é fundamentalmente constituído pelo complexo de xistos e grauwagues ante-ordovício e por granitos. Uma importante escarpa de falha, com a orientação geral NNE-SSW, atravessa todo o Leste de Trás-os-Montes, passando pelos concelhos de Vila Flor e de Torre de Moncorvo, e continuando para sul do Douro por Longroiva e Celorico³. A bacia do rio Côa, com mais de 1.000 km² de extensão (o rio tem um curso de c. de 135 km) situa-se para leste daquele acidente tectónico, entre as serras da Estrela e de Gata e, atravessa, portanto, o vasto conjunto de planaltos conhecido por “superfície da Meseta”. Neste trabalho, porém, tal bacia só será abrangida na sua parte setentrional.

ASPECTOS DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO REGIONAL

A Pré-história

Os mais antigos testemunhos da presença de comunidades humanas na área remontam ao Paleolítico inferior. Trata-se de utensílios líticos que pertencem ao complexo Acheulense. Abundantes nos rios espanhóis vizinhos - Águeda, Yeltes e Huebra - começam também agora a aparecer na área do Alto Douro português, nomeadamente nos sítios da Quinta do Vale do Meão e da Quinta da Granja⁴.

São muito posteriores a esse período os autores de uma parte importante das gravuras rupestres do Côa, atribuível ao Paleolítico superior. Terão ali vivido entre c. de 23.000 e 10.000 anos antes de nós (Gravatense Final- Madalenense Superior/Final), e deixaram vestígios da sua actividade corrente sob a forma, também, de utensílios líticos, alguns dos quais mais pequenos e especializados do que os do Paleolítico inferior. Ainda em curso de estudo, e apesar de serem, por ora, pouco expressivos, esses vestígios são importantes, porque dão contexto às gravuras, e porque estão entre os

primeiros desse tipo a serem conhecidos numa vasta área que abrange o Norte de Portugal e, mesmo, a região espanhola adjacente à do Côa⁵. As estações detectadas neste rio, pela equipa que tem actuado no Parque Arqueológico, são as do Salto do Boi, Quinta da Barca Sul, Quinta da Barca, e Olga Grande Sul.

A arte rupestre paleolítica do rio Côa e de ribeiros próximos, também afluentes do Douro - tal como a do já citado sítio espanhol de Siega Verde, no vale do Águeda -, ou mesmo do próprio Douro (lembremo-nos de Mazouco, em Freixo de Espada-à-Cinta, o primeiro local a ser publicado com arte paleolítica ao ar livre de “estilo europeu”) é composta por gravuras profundas (feitas por “martelagem” da rocha) ou muito finas (simplesmente incisas). Por vezes, nota-se, para a produção de uma mesma gravura, a utilização sequencial de três técnicas (incisão, picotagem, e finalmente abrasão, para regularizar a figura) (Zilhão *et al.*, 1997).

Como é sabido, o Côa é o maior complexo de ar livre hoje conhecido no quadro da arte paleolítica característica da Europa Ocidental. Bovídeos (auroques) e equídeos são o seu tema principal,



Gravura de auroque. Canada do Inferno (1995).

juntamente com cabras selvagens e veados, além de outros motivos (antropomorfos, sinais, etc.). Mundialmente famosos começam a ser os núcleos de Penascosa/Quinta da Barca, Canada do Inferno, e Ribeira de Piscos.

É óbvio que o que chegou até nós é apenas parte do que existiu no passado; mas, mesmo assim, é ainda possível estudar todo um sistema complexo de organização do espaço, que as gravuras operaram. Tal sistema passa pela escolha de umas rochas, e não de outras, como suportes das gravuras; pela sobreposição intencional de

³ V. O. Riveiro, H. Lautensach, S. Daveau, *Geografia de Portugal. I. A Posição Geográfica e o Território*, Lisboa, Ed. João Sá da Costa, 1987, pp. 244-247. Ver também, para a bacia do Côa, Carlos Alberto Marques, *A Bacia Hidrográfica do Côa*, Lisboa, Assírio & Alvim, 1995 (trata-se da reedição do trabalho publicado na revista *Biblos*, em 1935, infelizmente desprovido de ilustração cartográfica).

⁴ V. Santonja Gómez, M., *Comentarios generales sobre la dinámica del poblamiento antiguo en la provincia de Salamanca, Del Paleolítico a la Historia*, Salamanca, Museo Provincial, 1991, pp. 13-31; a brochura, de vários autores, *Vale do Côa. Arte Rupestre e Pré-história*, Lisboa, Ministério da Cultura, 1996; Zilhão, J. (Coord.), *Arte Rupestre e Pré-história do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*, Lisboa, Ministério da Cultura, 1997.

⁵ V. J. F. Fabian García, *La industria lítica del yacimiento de “La Dehesa” en el Tejado de Bejar (Salamanca). Una industria de tipología magdaleniense en la Meseta. Avance a su estudio*, *Numantia*, 2, 1986, pp.101-141; J. I. & J. C. Martin Benito, *Prehistoria y Romanización de la Tierra da Ciudad Rodrigo*, 1994.

figuras, fossem elas da mesma época, ou de épocas diferentes; pela posição relativa e pelas variadas dimensões dos motivos; pelo jogo das gravuras mais profundas e das menos profundas; pela sua maior ou menor visibilidade de acordo com as horas do dia e a estação do ano, etc., etc.

O que é importante é que o visitante se aperceba de que não está perante um amontoado de representações casuais, mais ou menos interessantes do ponto de vista estético, mas perante um espaço, imenso e ao ar livre, que não deveria ser neutro, mas prenhe de significações simbólicas. A esse respeito, a descoberta da arte do Côa representa uma das principais aquisições da Arqueologia no nosso século. O facto de algumas rochas historiadas conterem numerosas gravuras, inclusivamente sobrepostas, que podem ter sido feitas ao longo de um lapso de tempo de mais de 10.000 anos, não as torna um caos representativo. As figuras posteriores poderiam funcionar como uma reiteração de sentidos simbólicos, ou estar em articulação com todo um jogo de transformações adentro de um mesmo quadro geral de significação. Só uma futura análise estrutural do enorme banco de dados que se for acumulando nos permitirá formular hipóteses mais consistentes sobre o papel de cada um dos elementos (motivos, suportes, localização topográfica destes, etc.) no conjunto, e quais as continuidades, e rupturas (se as houve) que se verificaram neste ciclo de representações "artísticas".

Se ainda desconhecemos muito sobre o modo de vida e as condições ambientais das comunidades do Paleolítico superior na Meseta ibérica, de que o Côa é uma "ponta" ocidental, ainda menos sabemos sobre como se deu a transição do Paleolítico para o Neolítico (cremos ser precoce admitir a inexistência de um Mesolítico nesta vasta área, tão incipiente é ainda o estado das pesquisas). Essa transição foi certamente um fenómeno complexo, muito diversificado de zona para zona, e é cada vez mais nítido que existe toda uma "neolitização" do interior da Península a cuja luz se tem de compreender as formas que revestiu nas zonas fronteiriças do nosso país, como a do Côa.

Recentemente, o arqueólogo Sá Coixão descobriu, no sítio do Prazo (Freixo de Numão, V.^a N.^a de Foz Côa), no meio de um caos de blocos graníticos onde mais tarde se implantaram estruturas romanas e paleocristãs, cerâmicas neolíticas com decorações idênticas às de outras que se conhecem na Meseta e no Norte de Portugal ⁶.

Não longe de Foz Côa, no concelho de S. João da Pesqueira, mais concretamente em Paredes da Beira, uma equipa de pré-historiadores analisou e

publicou em 1988 um importante abrigo com pinturas e vestígios de ocupação pré-histórica, o da Fraga d' Aia (local de inserção obrigatória nos futuros circuitos de visitas de arte rupestre do Parque do Côa). Essa ocupação deixou vestígios (fossilareira) dos inícios do IV^o milénio a. C., isto é, de uma fase antiga do Neolítico, e continuou mais tarde no Neolítico final (finais do IV^o, inícios do III^o milénio a. C.), altura a que podem pertencer as mais antigas pinturas do abrigo ("cena de caça" ao veado).

Um aspecto em que o concelho de Foz Côa prima pela ausência é o do megalitismo. Efectivamente, não foram descobertas quaisquer antas nesta área, embora existam, para ocidente, nos concelhos de Carraceda de Ansiães, S. João da Pesqueira ou Penedono, e, para oriente, nas áreas salmantina e zamorana. Trata-se de um fenómeno ainda por explicar (o da rarificação do "megalitismo" - no sentido amplo do termo - no NE de Portugal).

O que apareceu, porém, foi uma necrópole de montículos de pedra (*cairns*), num terraço baixo do Douro, no Vale da Casa (Pocinho, V.^a N.^a de Foz Côa), que infelizmente se afundou sob as águas da barragem antes de se poder fazer o seu estudo exaustivo. Dessa necrópole, tudo o que sabemos é que um dos montículos continha uma cista, com enterramento individual em posição fetal, e um pequeno conjunto de oferendas funerárias (machados polidos, faca de sílex, cristais de quartzo) ⁷. Consideradas então das épocas do Cobre (2^a metade do III^o milénio a. C.) ou do Bronze (II^o mil. a. C.), essas peças poderiam bem datar de fases mais antigas. Na mesma área foram estudadas gravuras de vários estilos (parcialmente publicadas), que agora se imporia reavaliar à luz das recentes descobertas do Côa.

Mas o que o local do Vale da Casa veio alertar foi para a grande importância que o vale do Douro teria tido na Pré-história do Norte do país. Importância essa difícil hoje de avaliar dada a profunda transformação de que foi alvo, primeiro para o plantio das vinhas (o que transformou o Alto Douro numa das paisagens mais "humanizadas" do mundo, mas o inutilizou largamente em termos arqueológicos, alterando as encostas) e, depois, mais recentemente, com as barragens, para a "regularização" do curso, que eliminou o nosso acesso ao fundo do vale.

Pudemos ainda aperceber-nos, viajando na linha do Douro até Barca de Alva, em 1975, da abundância de plataformas xistosas no fundo do leito, propícias à elaboração de "arte rupestre", sobretudo porque conservávamos na memória a experiência do complexo rupestre do vale do Tejo. Sem dúvida que a falta de prospecções atempadas

⁶ V. o Museu da Casa Grande, em Freixo de Numão e, daquele autor, a *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, V.^a N.^a de Foz Côa, Câmara Municipal, 1996.

⁷ V. A. M. Baptista, O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa - Vila Nova de Foz Côa, *Arqueologia*, 8, 1983, pp. 57-69.

e sistemáticas no vale do Douro e afluentes, antes da construção de barragens, ou do plantio das vinhas mais recentes, teve um impacto muito negativo no nosso património arqueológico.

A Idade do Cobre começa hoje a ser relativamente bem conhecida nesta região. A estação melhor estudada é a do Castelo Velho de Freixo de Numão, alvo de escavações sistemáticas dirigidas por Susana Oliveira Jorge desde 1989 (e para cujo interesse se deveria alertar mais os visitantes das gravuras do Côa, dada a sua proximidade, e até o facto de existir um desdobrável sobre esta estação preparado para os turistas; aliás, o local é um excelente miradouro, de onde se avista Foz Côa e parte das encostas do rio Côa)⁸.

Trata-se de um povoado implantado no topo de um cabeço xistoso em forma de esporão. Aí, foram construídas, nos finais do III^o milénio a. C., duas linhas de "muralhas". A interior, provida de várias entradas, envolvia uma torre central e diversas estruturas pétreas que deveriam estar relacionadas com a armazenagem de cereais e outros produtos, a preparação da farinha, e a tecelagem. Para além de acautelar um conjunto de bens de consumo essenciais, todo este conjunto de construções (que temos de imaginar não no seu "esqueleto" pétreo, mas no revestimento de barro que, pelo menos parcialmente, o envolvia) teria um carácter de certo modo simbólico, como sítio referencial de uma comunidade que, pelo menos parcialmente, viveria extra-muros.

Castelo Velho não é um caso único na região, embora seja o mais bem estudado de todo o Norte do país, no seu género. Já nas zonas de Espanha contíguas ("Terra de Ciudad Rodrigo", e outras áreas da Meseta norte) a situação é um pouco diferente, na medida em que são atribuídos a esta época diversos povoados, quer de altura, quer de



Estrutura circular e muralhas em escavação, no Castelo Velho de Freixo de Numão (1990).

⁸ Susana O. Jorge, O povoado de Castelo Velho (Freixo de Numão, Vila Nova de Foz Côa) no contexto da Pré-história Recente do Norte de Portugal, *Actas do 1^o Congresso de Arqueologia Peninsular*, vol. I, Porto, SPAE, 1993, pp. 179-216.

planície. Cerâmicas de tipo pré-histórico encontradas, por ex., nos castelos de Numão (Foz Côa) e de Ansiães (Carrazeda de Ansiães) levam a pensar quanto está ainda por estudar na evolução do povoamento desta vasta área do nosso país.

A implantação calcolítica na região apresenta, porém, com toda a probabilidade, outros aspectos (realmente, a cronologia exacta destes é ainda um problema em aberto). Um é o santuário de estelas de ar livre de Cabeço da Mina, em Assares (Vila Flor)⁹, exemplar sem paralelo na península. De facto, o "monumento", aqui, era toda uma colina assente nos férteis terrenos do vale da Vilariça, onde se concentrava uma invulgar quantidade de estelas, muito simples, quer anepígrafas, quer providas de caracteres estilizados da figura humana. Estas esculturas primitivas são paralelizáveis com outras que ocorrem em Espanha, na vizinha área da Sierra de Gata.

Um outro aspecto é o da arte rupestre esquemática, com figuras humanas reduzidas aos seus traços essenciais (pernas e braços arqueados), por vezes providas de apêndices superiores em forma de cornos, como ocorre no Orgal e no Vale da Casa (V.^a N.^a de Foz Côa), ou, ainda, com motivos equiparáveis, em El Bonete del Cura (Ciudad Rodrigo).

A chamada Idade do Bronze começa a ser conhecida na região nos seus aspectos de vida quotidiana (por ex., povoado de Castelo Velho de Freixo de Numão, onde ocorrem, agora, vasos com cordões, e cerâmicas decoradas semelhantes a outras da Meseta- "estilo Cogeces") e, também, nas suas facetas mais excepcionais. A estas últimas pertencem armas de bronze (como um punhal inédito proveniente do sítio do Castelo Velho de Chãs- também chamado "Castro dos Tambores" -, Foz Côa) e a magnífica "estela", única no seu tipo na península, dita de Longroiva, encontrada durante trabalhos agrícolas num vale fértil do concelho da Meda (lugar de Relva de Baixo). Trata-se de um enorme bloco de granito, convexo na parte posterior, e "apainelado" na face dianteira, plana e vertical. Nela se representou, em gravura, a figura de um guerreiro da época antiga do Bronze, provido das suas armas (arco, punhal, alabarda), de forma a que a cabeça do personagem correspondesse ao topo central do bloco.

⁹ V. Orlando de Sousa, dissertação de mestrado recentemente apresentada à Fac. de Letras da U. P.

O leitor interessado na pré-história desta região deve também ler o livro recente de Maria de Jesus Sanches, *Ocupação Pré-histórica do Nordeste de Portugal*, Zamora, Fundación Rei Afonso Henriques, 1996. Trata-se de um interessante esforço de síntese, que vem na sequência de vários trabalhos da autora, nomeadamente da sua dissertação de doutoramento, apresentada em 1995 à Faculdade de Letras do Porto, e intitulada *O Abrigo do Buraco da Pala (Mirandela) no Contexto da Pré-história Recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*.

Desse modo, todo este último se identifica, no seu conjunto, com a figura representada, tornando-se assim numa forma de "transição" para a estátua-menir. Apresentada recentemente (1995) no Museu Nacional de Arqueologia, no contexto da exposição "A Idade do Bronze em Portugal - discursos de poder", esta peça extraordinária do património arqueológico português corre o risco, se não for adquirida ao seu proprietário e acautelada num museu, de continuar encostada a uma oliveira, à margem da estrada de Celorico para Foz Côa.

Como vemos, a região de Foz Côa (na acepção escolhida neste trabalho), longe de ter sido marginal, como hoje a sua interioridade sugere, desempenhou, em vários momentos da Pré-história, um papel importante, embora naturalmente diferente de época para época.

No Paleolítico superior e no Calcolítico o seu interesse é, mesmo, excepcional, permitindo desde já articular as investigações em território português com as suas congéneres na vizinha Espanha. Por todos os motivos, pois, é uma área fulcral para o desenvolvimento da nossa Pré-história no contexto ibérico e europeu.

A Idade do Ferro

A Idade do Ferro - época que em Portugal situamos genericamente entre o séc. VIII a. C. e a consolidação da ocupação romana, nos fins do séc. I a. C. - é ainda muito mal conhecida nesta região.

Os estudos de campo têm-se concentrado preferencialmente nos chamados povoados "castrejos", cuja distribuição se rarifica no interior norte do país, e o vazio de informação foi muitas vezes popularmente preenchido com as narrativas sobre os algo míticos Lusitanos, retiradas dos autores clássicos. Hoje pensa-se que tal nome pode ter abrangido todos os povos da área de entre Douro e Tejo ¹⁰.

No seu inventário das estações "castrejas", Armando Coelho Silva ¹¹ referencia algumas em Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada-à-Cinta e, em menor número, em S. João da Pesqueira e Penedono. Sobre elas sabe-se ainda muito pouco, e, por ex., relativamente a Penedono, parece que nenhuma das ocupações indicadas se verifica no terreno ¹².

¹⁰ J. de Alarcão, *Nova História de Portugal*, Lisboa, Ed. Presença, vol. I, 1990, p.348.

¹¹ *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986. Para a Proto-história e Romanização de Trás-os-Montes Oriental é também importante a recente (1993) tese de doutoramento de Francisco Sande Lemos, da Univ. do Minho, intitulada *Povoamento Romano de Trás-os-Montes Oriental* (em curso de impressão).

¹² Pedro S. Carvalho, *Roteiro Arqueológico do Concelho de Penedono*, Penedono, Câmara Municipal, 1989, p. 62.

Especificamente no concelho de V.ª N.ª de Foz Côa, Brochado de Almeida refere-se a eventuais "castros" no Espinhaço e nos Castelos (freg. de Santa Comba), no Tapadão e no Curral da Pedra (freg. de Chãs) e no Fumo (freg. de Almendra) ¹³. Porém, estes dados também não são confirmados pela recente *Carta Arqueológica do Concelho de Vila Nova de Foz Côa*, já atrás citada.

O autor deste último livro, que conhece bem a região, apela mesmo à realização de um programa de pesquisas sobre a época em causa, dando como certos apenas indícios de ocupações da Idade do Ferro em Numão e em Freixo de Numão, e sugerindo que talvez o topónimo "Castelo", que ocorre em vários lugares do concelho, se possa conotar (pelos menos parcialmente) com tal fase.

Importância excepcional deve ser a da estação do Castelo Calabre, em Almendra, que J. de Alarcão classifica como castro romanizado, com ocupação contínua até à Alta Idade Média, altura em que, na época visigótica, foi sede de bispado ¹⁴. Cremos que se impõe a escavação sistemática deste local, no contexto do estudo, em curso, do património arqueológico da bacia do Côa, onde certamente também é e será importante a intervenção de especialistas da Idade do Ferro, de arqueologia romana, medieval, e outras.

De facto, um dos núcleos de gravuras rupestres mais importantes da região de Foz Côa é atribuível, precisamente, à Idade do Ferro. Vão desde cotas relativamente elevadas (onde parecem predominar), como na Vermelhosa, ou nas proximidades de Vale de Cabrões, até áreas mais baixas, como acontecia no Vale da Casa, cujas gravuras, estudadas por António M. Baptista nos anos 80 ¹⁵ foram entretanto submersas por efeito da barragem do Pocinho.

As da Vermelhosa (detectadas, como as do Vale de José Esteves, e tantas outras análogas desta área do Douro, pelo Sr. José Constâncio, de V.ª N.ª de Foz Côa), foram analisadas no último verão por uma equipa internacional coordenada por Mila S. de Abreu e L. Jaffe, e têm a particularidade de se sobreporem, em parte, a gravuras, muito mais antigas, do Paleolítico superior. Também no vale do Côa ocorre este tipo de gravuras filiformes, como acontece nas figuras de cavaleiros do Orgal.

Enquanto que na produção das gravuras paleolíticas desta região se utilizaram várias técnicas ¹⁶, para as da Idade do Ferro recorreu-se essencialmente à incisão, que produziu traços finos, de aspecto filiforme. Antropomorfos, zoomorfos (equídeos e cervídeos), figurações de armas (como

¹³ *Bol. da Universidade do Porto*, nº 25, Junho 1995, p. 26.

¹⁴ *Roman Portugal*, Warminster, Aris & Phillips, vol. II, p. 53.

¹⁵ V. op. cit. na nota 5 supra.

¹⁶ V. op. cit. na nota 2 supra e a recente revista *ProCòa*, editada pelo ProCòa/PPDR, vol. I, Dez. 1996.

falcatas - características da I. do Ferro -, lanças, arcos, setas, etc) e outros motivos são frequentes, espalhando-se por uma área surpreendentemente vasta.

Mesmo uma pessoa sem conhecimentos de arte rupestre distingue perfeitamente este estilo artístico do caracteristicamente paleolítico (com mais de 10000 anos), ou do da chamada "arte esquemática" do Neolítico e Idade do Cobre (datando de há uns 6000 a 4000 anos).

A tipologia dos cavalos, por ex., é muito peculiar, com figuras de corpo alongado, pescoço alto e fino, e os quartos traseiros do animal frequentemente dados em perspectiva torcida. António Baptista observou que, no Vale da Casa, os cavalos estavam por vezes sugeridos apenas pela linha cervice-dorsal; ou que os quartos traseiros, vistos de frente, e com uma forma que evoca a de uma ferradura, podiam aparecer também, metonimicamente, a simbolizar o animal no seu conjunto. As figuras humanas, em que se incluem cavaleiros (na Vermelha há um que brande um dardo de dupla ponta, certamente metálica), são extremamente interessantes, pois, entre outros aspectos, apresentam-se com adornos, como se fossem capacetes ou turbantes.

Está aqui pois "representada" uma humanidade bem diferente da paleolítica, na sua imagética e nas comunidades que lhe subjazem. Parece estar-mos perante uma sociedade que se projecta, através das suas elites, em "guerreiros-caçadores", onde os valores "masculinos" procuram inscrever-se na paisagem, em sítios de onde se alcança uma vasta perspectiva, como na Vermelha; mas essa marcação do espaço é dada de uma forma subtil, para ser vista de perto.

As gravuras da Idade do Ferro da região do Alto Douro e do Côa incluem-se num panorama mais vasto, que se estende a Trás-os-Montes (Alfândega da Fé, onde é bem conhecida a "Pedra Escrita" de Ridevides), à Beira Alta (Molelinhos, em Tondela, sítio estudado por Ana Cunha) e à Beira Litoral ("Pedra Letreira" de Góis), podendo ainda ter conexões com exemplares das áreas de Cáceres e Catalunha. Atente-se, pois, nas implicações do seu estudo ao nível peninsular.

Se, por enquanto, as gravuras desta época nos aparecem localmente algo descontextualizadas, o mesmo acontece com outras manifestações artefactuais da Idade do Ferro.

Uma delas é a das jóias, de que temos em Vila Flor (Tamancas, Vilas Boas) um dos mais notáveis exemplares de torques encontrados em território nacional. Combina as técnicas da filigrana, do granulado, do polvilhado e do puncionamento, e é considerada uma peça tardia (últimos sécs. do 1º mil. a. C.), nela parecendo ecoar reminiscências mediterrânicas e continentais, na opinião de Armando C. F. da Silva.

Outra dessas manifestações é a dos chamados "berrões" ou "verracos", toscas esculturas de pedra, representando porcos, touros, carneiros, ou javalis, cuja ocorrência sistemática, em território português leste transmontano/alto duriense e de parte da Beira Alta, e espanhol contíguo (Ávila e Salamanca, estendendo-se pela Meseta, até Segóvia e Toledo!), levou autores histórico-culturalistas, como Santos Júnior, a falar de uma autêntica "cultura dos berrões", o que hoje nos parece completamente desajustado.

Na área de que tratamos, surgem em Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, Torre de Moncorvo, Freixo de Espada à Cinta (onde o Monte de Santa Luzia os revelou em grande número), S. João da Pesqueira (Paredes da Beira, exemplar com inscrição latina), V.ª N.ª de Foz Côa (aro de Freixo de Numão, peça atípica exposta no Museu desta localidade) e Figueira de Castelo Rodrigo.

Uns autores encaram-nos como representações de divindades; outros, como A. C. F. Silva (1986, *op. cit.*) interpretam-nos como ex-votos a uma entidade tutelar, protectora dos rebanhos, e propiciadora da fertilidade destes, adentro de um esquema religioso e conceptual de tipo indo-europeu, tripartido, e num quadro económico-social muito ligado à pastorícia.

Há que ter porém em conta que muito se desconhece sobre o contexto e cronologia destas esculturas zoomorfas, que podem entrar largamente pela época romana, como aponta C. Fabião¹⁷. A sua própria variedade formal e ampla área de distribuição permitem admitir uma multiplicidade de significados e funções.

A Romanização

A época romana é um período que, relativamente aos anteriores, nos oferece uma muito maior abundância de elementos. Podemos balizá-lo genericamente, nesta área, entre a segunda metade do séc. II a. C. (avanços significativos das tropas romanas na Beira Interior, até à pacificação definitiva do território, hoje português, na época de Augusto) e os inícios do séc. V da nossa era, altura em que se dão as invasões bárbaras.

Trata-se, de facto, de um processo de aculturação complexo, que durou mais de quatro séculos (para já não contar com eventuais repercussões locais, mais ou menos ténues, dos primeiros contactos entre "Lusitanos" e romanos, que datam da primeira metade do séc. II a. C.). Tal processo deixou, como é bem sabido, marcas tão profundas que, ainda hoje, nos podemos considerar descendentes dessa herança, que assinala um corte com todas as realidades anteriores. Neste artigo tere-

¹⁷ V. *História de Portugal* (dir. de J. Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, vol. I, p. 186.

mos forçosamente de simplificar a realidade, referindo-nos quase sempre à época romana como um todo.

A divisão provincial da Península por Augusto, em fins do séc. I a. C., repartiu a área em questão por duas províncias: para norte do Douro, a Citerior, com capital em Tarragona; para sul, a Lusitânia, com capital em Mérida.

Só muito mais tarde, nos finais do séc. III da nossa era, se consolida uma nova divisão administrativa, que mantém a Lusitânia, mas integra o actual Norte de Portugal na Calécia, com capital em Braga. As províncias eram por sua vez (não se sabe exactamente desde quando) divididas em conventos, ou seja, em circunscrições judiciais. Por curiosidade, acrescente-se que a actual zona de Trás-os-Montes e Alto Douro e Beira Alta sobre a qual recai a nossa atenção, ficava na confluência de quatro conventos, com as capitais, respectivamente, em Braga, Astorga (prov. da Calécia), Santarém e Mérida (prov. da Lusitânia).

Finalmente, o território dos conventos achava-se dividido em *civitates*, cada uma com a sua cidade capital. J. de Alarcão é o autor que, entre nós, mais esforço tem feito para definir a génese e evolução desta divisão administrativa¹⁸, ainda nebulosa nos seus limites.

Não há dúvida de que a zona interior de que tratamos foi, em época romana, uma área periférica, menos aculturada, menos rica, do que o Sul ou o Litoral a norte do Tejo; conseqüentemente, as *villae*, por ex., seriam aqui menos abundantes e, em geral, mais modestas. J. de Alarcão, que o afirma (1990, p. 423), chama também a atenção para o facto dos próprios nomes das *civitates* do Interior norte derivarem dos dos povos indígenas, e não dos das cidades fundadas neste período¹⁹.

A esse respeito, um documento essencial é o da inscrição da ponte de Alcântara, no Tejo (prov. de Cáceres), onde são nomeados, entre outros municípios que contribuíram para a obra, os Banienses, os Arabrigenses, os Meidubrigenses e os Aravos.

A localização dos primeiros é controversa; pode admitir-se, segundo Alarcão, que seria no actual concelho de Moncorvo, admitindo-se, até, que a Lusitânia abrangesse ainda essa área. Os Arabrigenses situar-se-iam para sul do Douro, entre o rio Têdo e a ribeira de Teja. Os Meidubrigenses localizar-se-iam na região da Meda (entre o Távora e o Côa) e os *Aravi* em Marialva (entre a Teja e as faldas da Marofa e, para sul, até Trancoso e Pinhel).

Freixo de Numão tem revelado uma tal densidade de achados na área urbana e seu termo que poderia ter sido uma capital de *civitas* (dos Arabri-

genses ou dos Meidubrigenses? Alarcão inclina-se, embora com reservas, para a segunda hipótese).

Para leste do Côa, e até ao Águeda, tendo o Douro como fronteira norte e a Serra da Marofa como limite sul, poderia ter existido uma outra *civitas*, cuja sede é ainda desconhecida.

A inscrição de Alcântara faz também referência aos *Lancienses Transcudani*, que se situariam mais para sul, entre a Marofa e a Malcata; há, no nome deste povo, uma referência à designação latina do Côa, *Cuda*, embora Alarcão admita que tal topónimo pudesse ter também um significado mais abrangente²⁰. Se as *civitates* da área considerada são ainda mal conhecidas, também as vias, eixos fundamentais de comunicação, não o são muito. Sabemos que a Bética estava ligada a Astorga, através de Mérida e Salamanca, pela denominada "via da prata"; a Egitânia (actual Idanha-a-Velha) estava ligada a Mérida por uma estrada, que continuava para noroeste, por Viseu. Dela saía um ramal para a Guarda, Marialva, até ao Douro, que se atravessaria perto da foz do Sabor²¹; este troço deveria passar por Freixo de Numão. Ora, certamente que existiam muitos outros caminhos secundários articulando as populações²².

Para o período romano dispomos de um inventário geral do país, elaborado por J. de Alarcão, que enumera 2.800 estações²³. Dessas, 109 encontram-se nos concelhos a que nos reportamos, assim distribuídas: 9 (Carrazeda de Ansiães), 9 (Vila Flor), 18 (Torre de Moncorvo), 5 (Freixo de Espada à Cinta), 3 (S. João da Pesqueira), 5 (Penedono), 20 (V.ª N.ª de Foz Côa), 24 (Meda) e 16 (Figueira de Castelo Rodrigo).

Estes números logo aumentam desde que haja investigação local sistemática: basta consultar a Carta Arqueológica do concelho de Foz Côa, várias vezes citada, onde, em resultado da acção de um único arqueólogo, se referem mais de 80 sítios para esta época (embora alguns possam ser posteriores, dada a escassez ou teor incaracterístico dos respectivos indícios à superfície do solo).

Relativamente à área a norte do Douro, onde certamente muitos castros sofreram um processo de "romanização" (em Lodões, Vila Flor, ou em Poiães, Freixo), são de destacar *villae* (propriedades rurais, com residência e instalações anexas), como a de Castanheiro (Carrazeda), que revelou mosaicos dos sécs. III ou IV d. C., ou a de Carviçais (Moncorvo), onde se procederia à fundição de ferro recolhido na área. Vestígios de exploração de jazidas de ferro são aliás característicos de Moncorvo, como em Felgar, onde apareceram fornos de

¹⁸ *O Domínio Romano em Portugal*, Lisboa, Europa-América, 1988; *Nova História de Portugal*, vol. I, Lisboa, Presença, 1990.

¹⁹ *Nova História de Portugal*, p. 489).

²⁰ *O Domínio Romano...*, p. 41.

²¹ Alarcão, 1988, p. 104; *id.*, 1990, p. 434.

²² Por ex., para o conc. de Foz Côa, ver a respectiva *Carta Arqueológica*, citada na nota 4 *supra*, mapa 5.

²³ *Roman Portugal*, Warminster, Aris & Phillips, 1988).

fundição, e cerâmica fina de mesa (*sigillata*) do séc. III d. C. Encontraram-se tesouros de moedas em Sebres (Carrazeda), na Adeganha (Moncorvo) e em Ligares (Freixo). O culto de Júpiter, devoção predominantemente rural²⁴ aparece atestado em Pombal (Carrazeda), Carviçais (Moncorvo) e Poiães (Freixo).

No que toca à zona a sul do Douro, é de referir a existência de castros romanizados, entre os quais podemos apontar os de Monte Meão, Freixo de Numão (onde se veio a instalar provavelmente uma *civitas*), Castelo Calabre (V.ª N.ª de Foz Côa), Ranhados, ou S. Justo (Meda).

Houve certamente várias *civitates*, como dissemos, e *villae*. Possuímos provas epigráficas de designações de certos *vici* (pequenos aglomerados rurais), como em Numão (Foz Côa), Longroiva, ou Coriscada (Meda). As águas termais, tão características da zona, podem ter sido aproveitadas, por ex. em Outeiro de Gatos (Meda). O chumbo foi explorado em minas, como em Longroiva (Meda) (recorde-se que Plínio alcinha os Meidubrigenses de *plumbari*), e talvez o ouro, em Penedono. Em Horta do Douro (Foz Côa) ocorreu um tesouro de moedas do séc. IV da nossa era. Também o culto de Júpiter está aqui atestado, quer em Foz Côa (igreja matriz, cuja inscrição deve ter vindo de outro sítio), quer em Coriscada (Meda). Em Almofala (Figueira de Castelo Rodrigo) é bem conhecido o templo romano cujo *podium* (e parte da parede) ainda aí se conservam, graças às reutilizações que o edifício teve em época moderna.

Esta brevíssima resenha (forçosamente esquemática e simplista) não nos deve deixar a falsa impressão de que o estudo da região abordada, em época romana, não é compensador. Antes pelo contrário, o que é imperioso é investir mais nas facetas que a romanização assumiu nestas áreas do interior duriense, transmontano e beirão, em articulação com o Parque Arqueológico do Vale do Côa e com o impulso financeiro que o programa ProCôa agora permite.

Sem dúvida que novas perspectivas daí advirão. Alarcão surpreende-se com o facto de, na Póvoa do Mileu (Guarda) se ter encontrado uma estátua de homem couraçado (imperador ou importante militar); e adverte-nos para a relevância de outros achados destas regiões (1990, p. 489), que apenas uma menor intensidade de pesquisas tradicionalmente ensombrou.

Prova disso é o resultado da determinação com que o arqueólogo Sá Coixão, de Foz Côa, tem investigado (com prospecções e escavações) o seu concelho. Esse resultado, decerto ainda aperfeiçoável nos detalhes, está à vista: duas *civitates* ou *vici*; outros três possíveis *vici*; quatro *vici* ou *villae*; umas vinte e cinco *villae*; mais de trinta casais; quatro inscrições rupestres; e, ainda, oficinas,

lagares ou "lagaretas", e troços de vias. Mesmo admitindo que a cronologia, funcionalidade e extensão de parte destes indícios só poderão ser esclarecidos por sondagens ou escavações, não há dúvida de que o que nos surge é um território muito romanizado, embora com características próprias, sobretudo nos finais do séc. II e séc. III da nossa era, e com continuidade nos seguintes.

Locais como os do Prazo (Freixo de Numão, escavado e restaurado por A. Sá Coixão)²⁵ e da Quinta de Santa Maria (ou Erva Moira, na Muxagata, junto ao Côa, escavada por Gonçalves Guimarães) revelam essa continuidade na Alta Idade Média.

UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO BASEADA NO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO-HISTÓRICO REGIONAL: ALGUMAS IDEIAS PARA UM DEBATE

A diversidade e interesse do património natural e cultural da região de Foz Côa, ainda mal conhecida por muitos portugueses e estrangeiros, é um facto evidente. Só nos últimos anos a melhoria das acessibilidades tem permitido uma deslocação mais rápida a esta zona do interior do país, sendo capital potenciar, no futuro, a sua articulação com circuitos turísticos da vizinha Espanha, atraindo não tanto o visitante de passagem, mas aquele que se radica durante algum tempo e, verdadeiramente, quer conhecer a especificidade da região. Não nos esqueçamos de que o turismo será a grande "indústria" do futuro, não só tornando acessíveis as partes mais remotas do planeta a nós, europeus, mas também permitindo o cada vez maior afluxo de turistas não europeus às nossas terras. Nesse aspecto o património arqueológico, desde que preparado para tal, jogará um papel fundamental.

Património arqueológico é uma expressão que tem, hoje, um significado muito abrangente, significado que se ampliou no tempo (remonta ao Paleolítico, nesta zona expressivamente representado pelas gravuras rupestres) e no espaço, abrangendo a globalidade da paisagem (toda ela é um artefacto, uma construção humana, um produto histórico).

O património arqueológico não deve ser encarado como uma simples *herança*, algo que "está aí", dado de antemão; ao contrário, ele é uma *construção* da modernidade, um conceito dos nossos dias. Somos nós que investimos de tal categoria certos objectos, certos sítios, certas paisagens, que passam a ser alvos de visita ou de

²⁴ V. Alarcão, 1988, p. 167.

²⁵ Sobre a arqueologia do aro de Freixo de Numão, veja-se também, da autoria de A. Sá Coixão, o livro recente *Um Projecto, A Investigação, A Musealização E Um Circuito. Freixo de Numão. 1980-1996*, Freixo de Numão, ACDR, 1997.

estudo por força de uma concepção contemporânea. Assim, no património arqueológico englobam-se não só as materialidades que nos podem *dizer algo* sobre o nosso passado, mas também os métodos e conceitos que nos permitem fazê-las *falar*; trata-se de um conjunto de saberes e de experiências sobre as coisas e os lugares, e não apenas estes, encarados como se fossem estáticos e *dando-se a ver* por si próprios. O património arqueológico não é nada de interessante se desinserido de um conjunto de dispositivos didácticos que o tornam partilhável.

É nesta perspectiva que se deve encarar a gestão (no sentido amplo do termo) desse património. Só por meio de parcerias, envolvendo o maior número possível de pessoas, a todos os níveis, é viável sustentar um acervo patrimonial público. E nunca esquecendo que “património” tem muito de afectivo, de qualitativo: aquilo que é importante a uma pequena escala, poderá não ser a uma maior, o que não significa que a primeira seja menosprezável... como bem acentuou, há anos, Carlos Alberto F. de Almeida²⁶. Também aqui, há que assumir as diversas dimensões a que, neste país, se impõe tomar decisões, respeitando o local, o regional, o nacional e, a cada um desses níveis, tendo a coragem de assumir prioridades, sem o que não é possível concretizar acções e inverter a escalada da destruição avassaladora. Mas sabendo, de antemão, que nunca haverá neste campo opções consensuais, pois, por definição, o património, com a sua componente afectiva referida, é um domínio propício ao confronto de gostos e de comportamentos, ou, se quisermos, mais genericamente, de culturas.

Diga-se, a propósito, que sobre este ponto conviria abrir um debate público em Portugal, para que viesse a lume muito do que se tem pensado sobre o assunto. Ficamos perplexos quando lemos, por exemplo, no preâmbulo da Lei Orgânica do IPPAR (Dec.-Lei 120/97, de 16 de Maio), a respeito do “património cultural imóvel”, que aquele organismo se propõe preservar “(...) enquanto parcela indivisível da identidade portuguesa, entendendo-se como identidade o conjunto de diferenças e semelhanças existentes dentro do mesmo território, e a relação deste conjunto de diferenças e semelhanças com as outras diferenças e semelhanças existentes fora do nosso território.” Isto vem publicado no *Diário da República*, 1ª série, nº 113, p. 2422, 1ª coluna.

Noutro texto²⁷ abordei o tema de como a própria noção de património e de “musealização”

dos lugares está cheia de contradições. Atitude típica da modernidade, que tende a acentuar-se nos nossos dias, o “culto da memória”²⁸, e a inserção dos “recursos patrimoniais” no ordenamento do território, trazem paradoxalmente consigo a perversidade da descontextualização turística, da superficialidade da fruição, da transformação do que os franceses chamam “haut-lieux” em autênticos não-lugares, na expressão feliz de Marc Augé. Ora, é aqui que se encontra um ponto nodal das questões, e que tem a ver com o aprofundamento da democracia. Quem “produz” o património? Quem decide sobre o que deve conservar-se e o que deve destruir-se? Dispõe a grande maioria dos cidadãos dos conhecimentos suficientes para participar em tal debate? E que instrumentos lhes oferece o sistema de ensino, desde o pré-primário, para melhorarem as suas competências, em termos de cidadania, nestas matérias? É óbvio que só quando os “valores arqueológicos” (qualquer que seja a definição que para eles, em cada contexto, se encontre) forem discutidos e incorporados por um grande número de pessoas, haverá condições para implementar, no nosso país, um verdadeiro “serviço nacional de arqueologia”, nessa altura por todos (ou, pelo menos, por uma larga maioria) sentido como necessário, indiscutível, “natural”.

É indispensável o debate, a informação das pessoas, uma estratégia política integrada que permita intervir no território com qualidade, integrando os vectores do ambiente e do património, mas onde a própria participação dos cidadãos não seja vista como um estorvo por tecnocratas apressados, antes como um objectivo fundamental, como um elemento dessa *qualidade*. A *transversalidade das acções e o diálogo, a invocarem-se, ou se realizam efectivamente, ou são apenas a mais despudorada forma de demagogia*.

Em suma, e para concluir, como pode fazer-se a promoção do património histórico-arqueológico da região de Foz Côa aos níveis local e global, e nos planos científico, cultural e turístico?

É preciso, antes de mais, auscultar os anseios das populações, estimular a sua participação em projectos, dar-lhes uma resposta atempada (este aspecto tem a ver com a capacidade de execução eficaz do ProCôa), assegurar uma permanente transparência das estratégias definidas e dos resultados alcançados e, se possível, promover a sua avaliação por entidades independentes.

²⁶ V. Património - Riegl é hoje, *Revista da Faculdade de Letras*, IIª Série, X, Porto, 1993, pp. 407-416.

²⁷ O império da ordem e a proliferação dos não-lugares. Contradições da gestão do património arqueológico, *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico*, Tomar, Ceiphar - Instituto Politécnico de Tomar, 1997, pp. 113-134.

²⁸ Numa conferência apresentada no Porto em Junho de 1997, Régis Debray comentava a verdadeira euforia comemoracionista que se vive em França, onde constantemente abrem, em toda a parte, novos museus... mas onde também, acrescentaria eu, o governo anterior se preparava para praticamente dismantelar o Museu do Homem, o Museu das Artes Africanas e Oceânicas, o Museu de Marinha, e outros, em função de objectivos estéticos e mediáticos mais do que discutíveis; esperemos que os novos poderes, saídos das eleições, revejam esses propósitos.

De facto, *abertura* às iniciativas e *avaliação* do produto do trabalho realizado serão, aqui, as palavras-chave. O Côa deve ser um exemplo suprapartidário de desenvolvimento de uma região interior do país, e nunca um instrumento de promoção de quem quer que seja - investigadores, políticos, etc. A vitória do Côa é nacional e internacional, não é propriedade de ninguém: o seu êxito será um êxito partilhado, ou não será. A nível da arqueologia, o Côa deverá ser uma "locomotiva" de todo o sistema nacional, e não um "nicho" privilegiado e fechado sobre si próprio, "abrindo-se" de vez em quando para campanhas mediáticas, que valem o que valem. A sustentação de um processo está sempre, obviamente, no seu valor intrínseco, no trabalho realizado, no seu enraizamento, na sua capacidade de partilha, de disseminação.

Ao nível científico, o Parque Arqueológico do Vale do Côa e zonas limítrofes deverão assistir ao incremento da investigação interdisciplinar, da intervenção de múltiplas universidades e organismos de investigação, da sã concorrência através da abertura de concursos, da internacionalização das equipas, sempre que possível formadas por técnicos de diversas nacionalidades. É importante que o Parque disponha de uma comissão científica internacional de acompanhamento. Tal não significa menorizar os técnicos portugueses; pelo contrário, visa acentuar que eles estão em condições de ombrear com colegas estrangeiros, trabalhando lado a lado, segundo regras bem definidas, para conhecer e valorizar um património que pertence a toda a humanidade. Pretende-se apenas sublinhar, por ex., que é necessário formar uma escola de especialistas em arte rupestre paleolítica em Portugal. Tal como acontece com estações arqueológicas importantes, há que não esgotar, segundo os métodos actuais, toda a informação, no afã de registar tudo, de ser o primeiro a publicar tudo, etc. Nunca ninguém vê definitivamente tudo e há que deixar testemunhos intocados para o futuro. No caso da arte rupestre, a limpeza integral das rochas dos líquenes que as cobrem corresponde hoje, como princípio geral, à escavação arcaica da pá e picareta: ela permite ver mais depressa, dá efeitos a curto prazo, mas, entretanto, o que se não terá perdido no caminho? Poderemos garantir que não estamos a perder informação preciosa, por ex. para datação *ante quem* (há líquenes bastante antigos), ou que o estudo prévio dos líquenes não será importante numa investigação mais ampla sobre o comportamento *à la longue* dos suportes e, portanto, sobre a melhor maneira de proteger para o futuro as gravuras rupestres? Estas perguntas não visam pôr em causa o trabalho feito por ninguém, sobrevoam isso, sobrelevam as pessoas, e respeitam o imenso esforço já feito pelos investigadores em campo. Não se trata de fulanizar assuntos, trata-se de discutir com rigor, e de aprender com quem sabe mais, questões cien-

tíficas fundamentais. O Côa é um imenso laboratório ao ar livre; interessa acabar com polémicas mediáticas, e trabalhar com toda a gente disponível, através de regras que é preciso definir, para acautelar os legítimos interesses de todos os intervenientes, agora e no futuro.

Ao nível cultural, com o desenvolvimento das infra-estruturas em curso de execução ou já planeadas, e outras que venham a aparecer, é de presumir que a região de Foz Côa será palco de uma verdadeira descentralização. Colóquios como os que aqui se realiza hoje serão certamente multiplicados no futuro. Um outro aspecto é o da comunicação, o da transmissão cultural: é fundamental que se desenvolva em Portugal toda uma "indústria" que permita "traduzir" os valores culturais - e também os arqueológicos - em diferentes linguagens, e para diferentes públicos. Trata-se de um problema central de democratização. O problema não se esgota, pois, em trazer "sábios" ou artistas a Foz Côa para aqui "actuares"; isso é importante (até para que essas pessoas se motivem para as questões locais), mas não chega; a região tem de *acontecer* em sítios de visibilidade nacional, através, por ex., de boas exposições que depois se tornem itinerantes, com uma *linguagem* estimuladora de diferentes públicos-alvo.

O turismo será o corolário de tudo isto. Há que diversificar a oferta: de futuro, o Côa não pode apenas receber, por dia, umas dezenas (ou mesmo, umas poucas centenas) de pessoas que se deslocam em jeeps, e que são acompanhadas por guias. Simplesmente, tal não é rentável. E desmotivadora: muitas pessoas, sabendo que terão de esperar meses para visitar as gravuras, vão adiando esse desiderato. O Côa não é uma gruta, é uma paisagem imensa, onde os valores arqueológicos se devem ligar às potencialidades ambientais, desportivas, etc., etc. É preciso um projecto interdisciplinar de reordenamento de todo o território envolvido. Quem conhece bem esse território, e não se limita a visitá-lo apressadamente, concordará de imediato com o que se está tentando transmitir aqui. O usufruto do silêncio, a possibilidade de contemplar as gravuras e a paisagem sem a obrigatória explicação de guias, a disponibilidade de brochuras preparadas para as crianças e o grande público, a montagem de *placards* explicativos que não firam o "cenário", a marcação e sinalização (discreta, mas eficaz) de percursos, a mostra de vídeos (nos centros de acolhimento) que preparem o visitante para o que vai observar, são apenas alguns tópicos que ocorre, neste momento, sugerir. O vandalismo, como sabemos, é um risco que impende, até, sobre os grandes museus; mas, para além de fenómenos patológicos, sempre imprevisíveis, ele resulta, em regra, da frustração dos visitantes ou dos candidatos a tal; há pois que evitar, antes de tudo, tal frustração, abrindo o Côa ao usufruto do maior número de pessoas compatível com a

salvaguarda e vigilância das gravuras e outros valores.

Um turismo que fixe as pessoas na região durante vários dias ou semanas; que se dirija a diferentes públicos-alvo; que inclua tanto as crianças das escolas como, no outro extremo de espectro, pessoas que desejem visitar o vale sozinhas, ou acompanhadas de guias licenciados, com certa bagagem cultural (como há em todos os países da Europa); um turismo que deixe lucros palpáveis e imediatos na região, e que não seja

apenas um fenómeno de passagem - eis o que parece aconselhável.

Mas, como um só observador apenas vê uma parcela da realidade, as ideias expostas, trazidas a este Colóquio com sentido construtivo, são apenas a base para um debate que se espera generalizado e, em cada momento, profícuo. Com isso espera ter cumprido a sua obrigação quem o apresenta, na sua qualidade de arqueólogo envolvido em trabalhos na área desde há oito anos.

Porto, Junho de 1997